

## O ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR COMO CENTRO DE DESCOBERTA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Maria Teresa N. de Britto Matos<sup>1</sup>

A recordação (ou re-criação) do passado pela pesquisa histórica em documentos arquivísticos não é, simplesmente, “a recuperação da informação armazenada, mas a reivindicação do sentido do passado por meio do contexto do conhecimento cultural compartilhado” (HALBWACHS, 1992, p.43). Nesta perspectiva, objetiva-se resgatar, com base em pesquisa documental, complementada por consulta bibliográfica, o surgimento do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS), descrevendo a sua evolução histórico-institucional, além de caracterizar a presente estrutura organizacional e o seu acervo documental. Em seguida, apresenta-se proposta para transformar o AHMS em um centro de descoberta acadêmico-científico.

Na cidade de Salvador (BA), fundada em 1549 pelo Primeiro Governador Geral do Brasil, originaram-se os primeiros documentos oficiais da administração brasileira, produzidos a partir de 1549 (GOMES, p.18-19). No entanto, Afonso Ruy (1996, p.24) registra que durante a invasão Holandesa<sup>2</sup> (séc. XVI) muitos papéis do arquivo da Câmara<sup>3</sup> foram “[...] acumulados, aos montões, em fogueiras [...]”. Hoje, o núcleo do AHMS é a documentação acumulada pelo antigo Senado da Câmara, na era Colonial, e da Câmara Municipal (desde 1624), nos regimes Imperial e Republicano, cujo conjunto representa a memória político-administrativa da cidade, mostrando sua evolução urbana, social, cultural, etc. Este acervo é reconhecidamente de valor probatório e histórico-cultural, além de constituir-se em registro de memória local e testemunho da cidade.

Para compreender a gênese do AHMS é indispensável conhecer a trajetória das principais bases legais do processo institucional arquivístico da cidade de Salvador. Em 1915 (22 de junho), foi apresentado em reunião do Conselho Municipal o projeto de Lei nº 44, propondo a criação do Arquivo Municipal como “instituição destinada a guardar e preservar o acervo histórico da cidade” (CUNHA *apud* TEIXEIRA, 2004, p.27). Mas foi somente em

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia Atualmente, dirige o Arquivo Histórico Municipal de Salvador da Prefeitura Municipal de Salvador.

<sup>2</sup> O *Livro de Tombo de São Bento* afirma que apenas os monges Beneditinos conseguiram conservar registros documentais produzidos antes da invasão holandesa, porque deixaram o mosteiro levando os documentos consigo. Vale lembrar que logo após a saída destes invasores, os documentos passaram por um processo de restauração e todos foram registrados no tabelião de notas que existia na época.

<sup>3</sup> Segunda a ser instalada no Brasil, na ordem cronológica de criação, “exercendo desde logo preponderante influência nos destinos da terra como cabeça da colônia [...]” (RUY, 1996, p.39).

1931 (23 de novembro) que o então prefeito, Arnaldo Pimenta da Cunha, criou o “Arquivo Geral da Prefeitura” através do Ato nº 112. Em 1932 (10 de abril) o Arquivo foi inaugurado, em solenidade festiva, conforme registrado em Ata, com a presença do Interventor Federal Juracy Montenegro Magalhães, secretários de Estado, representantes de instituições científicas e culturais, além de grandes personalidades locais (TEIXEIRA, 1982, p. 02). Neste mesmo ano, ocorreu a aprovação do Projeto de Regulamentação do Arquivo, através do Ato nº 39 de 11 de abril, que define em seu *Capítulo I – Natureza e Organização*, Artigo 1º, que o Arquivo é “[...] uma repartição destinada a conservar, debaixo de classificação metódica e sistemática [...]” (SALVADOR, 1932) os documentos custodiados nos Setores Legislativo, Administrativo e Histórico. Vale destacar que, nesta época, no quadro de pessoal do Arquivo, existia os cargos de Arquivista de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe. Ao longo de 1944-1986 a vinculação institucional do Arquivo foi alterada diversas vezes, restringindo, ampliando e descaracterizando a função institucional do Arquivo. Em 1986, em face de dificuldades conjunturais, como o risco de incêndio no entorno da sede do Arquivo, a Fundação Gregório de Mattos (FGM) absorveu o patrimônio e o acervo do Arquivo. Em 1991 o Arquivo é elevado a condição de Gerência de Arquivo Municipal, através do Decreto nº 9.040, de 19 de julho. Em 1998 (31 de março), o Regimento da FGM foi alterado, integrando as bibliotecas públicas municipais e determinando como finalidade da Gerência a gestão do patrimônio documental e do acervo bibliográfico do Poder Municipal, bem como o estímulo à pesquisa histórica e cultural sobre Salvador.

Atualmente, o AHMS está estruturalmente constituído de quatro (04) Setores: Arquivos Permanentes, Arquivos Impressos e Biblioteca, Arquivos Audiovisuais e Arquivos Correntes e Intermediários. O acervo de Arquivos Permanentes reúne um total de duzentos e quarenta e nove (249) metros lineares de documentos, e é constituído de quatro (04) fundos: Câmara Municipal (1624-1890), Intendência Municipal (1890-1930) e Prefeitura Municipal (1930-), além de um fundo especial que reúne escrituras (1827-1903) de compra e venda de escravos, certidões (1877-1924) de nascimento, casamento e óbito, e documentação eleitoral (1886-1890). Os Arquivos Impressos e Biblioteca dispõem de cinco mil oitocentos e oitenta (5.880) livros editados pela Prefeitura e Câmara Municipal, e relativos a aspectos sócio-econômico-histórico-culturais da cidade de Salvador, além de quarenta e seis mil e trezentos (46.300) *clippings*. Os Arquivos Audiovisuais dispõem de seiscentas e trinta e nove (639) partituras musicais manuscritas (442) e impressas (176), produzidas entre os séculos XIX e XX por compositores baianos, seis mil trezentos e sessenta e um (6.361) projetos arquitetônicos e materiais gráficos de construção e reconstrução (reforma e reparos de prédios públicos,

comerciais e residenciais) de 1890 a 1955, cento e quarenta e um (141) filmes em VHS e vinte e cinco (25) filmes Super 8, de 16 e 35 mm, das décadas de 40 a 80, relativos a eventos administrativos, cívicos e populares, cinqüenta e três mil trezentos e cinqüenta e três (53.353) fotografias produzidas no período entre 1940 e 2005, três mil cento e seis (3.106) cartões postais e doze mil duzentos e cinqüenta e cinco (12.255) slides relativos a cidade de Salvador. O Setor de Arquivos Correntes e Intermediários por sua vez, desenvolve, no âmbito do Poder Municipal, a gestão de documentos, através de orientação e de assistência aos arquivos correntes e intermediários setoriais.

A preservação e a disseminação do patrimônio documental de valor-histórico reunido e acumulado pelo AHMS, e as formas de torná-lo disponível ao acesso público tem sido objeto constante de discussões, debates e iniciativas. Estas experiências apontam para questões e problemas fundamentais enfrentados por todos que atuam na área de arquivos, patrimônio e memória, seja como usuários seja como profissionais especializados na guarda e disponibilização das informações contidas nos arquivos.

O conhecimento tornou-se uma questão política importante, centrada no caráter público ou privado da informação, e de sua natureza mercantil ou social, mas ao mesmo tempo em que o conhecimento invade o cenário, sua confiabilidade é, também, questionada. Mas, pelo menos, os filósofos concordam com os economistas e sociólogos em definir nosso próprio tempo em termos de sua relação com a informação e o conhecimento (BURKE, 2003).

Há muito tempo que os arquivos têm a responsabilidade de reunir, organizar e proteger a memória da humanidade. Contudo, a ética da preservação, como gerenciamento consciente e coordenado de um acervo é um fenômeno mais recente (CONWAY, 2001). Hoje, com o advento das tecnologias digitais, os conceitos implicados na preservação foram profundamente transformados.

Se a memória for percebida apenas enquanto representação estatística do passado (MARTINS, 1992), ela demonstra não ter nenhuma utilidade para futuros planejamentos científicos e perde potência de intervenção nos modos de organizar a superação dos desafios da ciência. Assim, torna-se indispensável investir na preservação e disseminação do acervo do AHM, enfatizando o seu papel enquanto “Centro de Descoberta” acadêmico-científico. Isto significa que deverá se constituir um grupo de trabalho, de natureza interdisciplinar, com a finalidade de consagrar uma dinamicidade no aprimoramento da interface entre as potencialidades que emergem das fontes de informação custodiadas pelo AHM e das tendências e perspectivas de pesquisa desenvolvidas pelas mais diversas áreas do conhecimento, representadas no referido grupo (MATOS, 2005).

Na qualidade de instrumentos de pesquisa disponíveis, identifica-se o *Repertório de Fontes sobre a Escravidão Existentes no Arquivo Municipal de Salvador – As Posturas (1631-1889)*, publicado em 1988, que tem contribuído para os estudos baianos e a pesquisa historiográfica brasileira. No entanto, necessita-se dar prioridade a elaboração de outros instrumentos de pesquisa, de forma a assegurar a consulta efetiva de todo o patrimônio documental do AHM.

## REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRASIL, Lei nº 8.159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 29, nº 6, p.455, jan. 1991. Seção I.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Tradução José Luiz Pedersoli Junior e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. 2ª ed. Rio de Janeiro, Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001 (nº52).

CUNHA, Vanda Angélica da. **Memória, Sociedade e Mídia Impressa: a experiência do Arquivo Histórico Municipal de Salvador**. Salvador: FGM, 2004.

GOMES, Felisberto dos Santos. **Fragments da História Social e Cultural do Negro e de Afro-Descendentes nos Documentos do Arquivo Histórico Municipal do Salvador**. Salvador, 2004. (Monografia apresentada ao Curso de Especialização de História e Cultura Afro-Brasileira: Fundamentos Metodológicos, promovido pela Fundação Visconde de Cairu e APLB Sindicato).

HALBWACHS, Maurice. **Sobre a Memória Coletiva**. Chicago: Lewis Coser (Ed. e trad.), 1992.

LISSOVSKY, Maurício. Quatro + uma Dimensões do Arquivo. In: MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à Informação e Política de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MATOS, Maria Teresa N. de Britto. **Plano de Ação para a Gerência de Arquivos e Bibliotecas da Fundação Gregório de Mattos** (Proposta Preliminar). Salvador maio 2005.

MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. **Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**. Campinas, UNICAMP, 1992, p.27-48.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL. **Ato nº 39 - Regulamento do Arquivo Geral desta Prefeitura**, 11 de abril de 1932.

RUY, Afonso. **História da Câmara Municipal da Cidade de Salvador**. 2ª edição, Salvador, 1996.

TEIXEIRA, Antenor. **O Arquivo Municipal da Cidade do Salvador**. Salvador, abril 1982 (Texto mimeografado).